Acórdão 1046/2003 - Segunda Câmara

Sumário Aposentadoria voluntária de membros do Ministério Público Federal. Percepção cumulativa das vantagens do art. 62 da Lei nº 8.112/90 e art. 232 da LC nº 75/93. Possibilidade. Legalidade. Registro.

Nome do Documento

AC-1046-23/03-2

Grupo/Classe/Colegiado

Grupo II / Classe V / Segunda Câmara

Processo

011.858/2001-0

Natureza

Aposentadoria.

Entidade

Órgão: Ministério Público Federal

Interessados

Interessados: Paulo André Fernando Sollberger (CPF:000.251.861-91), Carlos Roberto de Siqueira Castro (CPF: 367.167.747-34), Railda Saraiva (CPF: 090.266.903-63) e Rui Sulzbacher (CPF: 059.588.650-72)

Relatório do Ministro Relator

Trata o presente processo de concessão de aposentadoria voluntária de membros do Ministério Público Federal Paulo André Fernando Sollberger (vigência a partir de 1º.11.1995), Carlos Roberto de Siqueira Castro (vigência a partir de 1º.12.1995), Railda Saraiva (vigência a partir de 3.2.1995) e Rui Sulzbacher (vigência a partir de 13.8.1997), no cargo de Subprocurador Regional da República e acrescida da vantagem denominada “quintos” (art. 62 da Lei nº 8.112/90) e daquela prevista no art. 232 da Lei Complementar nº 75/93. A Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP), em instrução de fls. 18/19, propôs a ilegalidade das concessões em exame, em razão da acumulação indevida das vantagens retromencionadas. Tal acumulação contrariaria entendimento firmado por ocasião da Decisão Plenária nº 594/1996, prolatada em resposta a consulta formulada pelo MPU. Observou a instrução que existe outra concessão inicial para a Railda Saraiva, no cargo de Professor

Adjunto da Universidade do Ceará. Contudo, não fez a instrução nenhuma ressalva contra a acumulação de proventos. Adicionalmente, a instrução propôs a aplicação do Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência desta Corte, para dispensar a reposição das quantias indevidamente recebidas. O Ministério Público, em parecer de lavra do douto Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin, dissentiu da Unidade Técnica, uma vez que a decisão do Tribunal proferida em processo de Consulta, norteou-se no entendimento, então vigente, da impossibilidade de percepção cumulativa da vantagem dos “quintos” com a vantagem do art. 192 da Lei nº 8.112/90, que seria similar à vantagem estatuída no art. 232 da Lei Complementar nº 75/93. Contudo, uma vez que o Tribunal evoluiu em seu entendimento no que respeita à possibilidade de acumulação das vantagens estatutárias, não haveria porque não conferir tratamento similar ao membro do Ministério Público, em relação ao adicional previsto no art. 232 da Lei Orgânica do Ministério Público da União. Nessa linha, foi transcrito o Voto condutor da Decisão Plenária nº 60/2002, de lavra do eminente Ministro Guilherme Palmeira. É o Relatório.

Voto do Ministro Relator

Assiste razão ao Ministério Público. O entendimento consubstanciado na Decisão Plenária 594/1996 decorreu da similaridade entre a vantagem prevista na Lei Complementar nº 75/93 e a do art. 192 da Lei nº 8.112/90. Até recentemente, esta Corte posicionava-se pela impossibilidade de acumulação das vantagens previstas nos arts. 62 e 192 do Regime Jurídico Único, tendo em vista que restrição dessa natureza existia no regime anterior, a saber, art. 5º da Lei nº 6.732/79. Contudo, tendo em vista a mudança de entendimento ocorrida a partir da Decisão Plenária nº 781/2001, que passou a considerar legal a percepção cumulativa das vantagens previstas nos art. 62 e 192 da Lei nº 8.112/90, não há porque não estender tal entendimento à vantagem estatuída no art. 232 da LC 75/93, uma vez que não existe norma que proíba a cumulação dessa vantagem com a do art. 62 da Lei nº 8.112/90. Em relação à Sra. Railda Saraiva, não vislumbro óbices à nova concessão, tendo em vista tratar-se de cargos acumuláveis em atividade. Ante o exposto, VOTO no sentido de que seja adotado o Acórdão que ora submeto a esta Segunda Câmara. TCU, Sala das Sessões, em 26 de junho de 2003. BENJAMIN ZYMLER Relator

Parecer do Ministério Público

Processo TC 011.858/2001-0 Aposentadoria Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator. Trata-se de processo consolidado de aposentadoria no Ministério Público Federal. 2.A SEFIP propõe a ilegalidade e recusa de registro dos atos, tendo em vista consignarem o pagamento cumulativo da vantagem dos quintos com o benefício do artigo 232, parágrafo único, da Lei Complementar nº 75/93. 3.Sobre a matéria, cabe transcrever trecho do Voto-condutor da DC-0060-03/02-P, proferido pelo Exmº Sr. Ministro-Relator Guilherme Palmeira: "Em primeiro lugar, com relação à acumulação de quintos com a vantagem do art. 232 da Lei Complementar nº 75/93 ou com a do art. 192 da Lei nº 8.112/90, é de se observar, preliminarmente, que o entendimento de que a vantagem do referido art. 232 é inacumulável com os quintos fundamentou-se na tese segundo a qual aquele benefício é similar ao do art. 192 da Lei nº 8.112/90. De acordo com a jurisprudência consolidada na Súmula TCU nº 243, tal benefício não poderia ser percebido juntamente com os quintos. Ressalte-se, no entanto, que esta Corte, por força da Decisão nº 781/2001 - Plenário (Ata nº 41), alterou sua orientação relativamente à tese da inacumulabilidade de quintos e da vantagem do art. 192, passando a considerá-la legal, sob o argumento de que a restrição a esse respeito, antes contida na Lei nº 6.732/79 (art. 5º), não foi repetida na Lei nº 8.112/90. Sendo permitido, portanto, o recebimento de quintos cumulados com a vantagem do art. 192 da Lei nº 8.112/90, entendo não haver razão para se vedar sejam os quintos e a vantagem do art. 232 da Lei Complementar nº 75/93 percebidos conjuntamente, ante a distinta natureza jurídica das referidas parcelas e a ausência de vedação expressa de sua acumulação."(grifos nossos). 4.Essa

mesma orientação foi mantida pelo Exmº Sr. Ministro-Relator Guilherme Palmeira ao examinar Embargos de Declaração interpostos contra a retrocitada Decisão (DC-0644-21/02-P): "Quando do exame da matéria, pude observar que, em face da novel Decisão nº 781/2001 (Ata nº 41), o Plenário modificou seu entendimento até então manifestado (cf. Súmula nº 243), reconhecendo a possibilidade de acumulação de quintos com a vantagem do art. 192 da Lei nº 8.112/90. Assim, dada a similaridade do benefício previsto no citado dispositivo com aquele indicado no art. 232 da Lei Complementar nº 75/93, verifiquei que não haveria razão para se persistir em considerar ilegal a percepção de quintos cumulativamente com a vantagem do art. 232, ante a distinta natureza jurídica das referidas parcelas e a ausência de vedação expressa de sua acumulação. Nessa situação, deixei de acolher as determinações propugnadas, no que fui acompanhado pelos eminentes Pares." (grifos nossos). 5. Pelo exposto, este representante do Ministério Público, com as vênias de estilo, opina pela legalidade e registro dos atos. Ministério Público, em 18 de novembro de 2002. PAULO SOARES BUGARIN Subprocurador-Geral

Assunto

Aposentadoria.

Ministro Relator

BENJAMIN ZYMLER

Representante do Ministério Público

PAULO SOARES BUGARIN

Unidade Técnica

SEFIP - Secretaria de Fiscalização de Pessoal

Acórdão

VISTOS, discutidos e relatados estes autos de processo de aposentadoria, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, com fulcro no inciso II do art. 39 da Lei nº 8.443/92, em julgar legais as presentes concessões de aposentadoria e determinar seus respectivos registros.

Quorum

12.1. Ministros presentes: Adylson Motta (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

Publicação

Ata 23/2003 - Segunda Câmara Sessão 26/06/2003 Aprovação 03/07/2003 Dou 04/07/2003 - Página 0

Referências

Documento(s):TC 011.858.doc